

**MARIA PRETA, BÁRBARA DE ALENCAR E JOVITA ALVES FEITOSA:
TRÊS MULHERES DO ARARIPE EM LUTA**MARIA JOSÉ LOPES DE CARVALHO [□]

O artigo aborda as três mulheres do Araripe: Maria Preta (?), Bárbara de Alencar (1760-1832) e Jovita Alves Feitosa (1848-1867) suas trajetórias e lutas para romper com a ordem vigente instituindo o feminino como poder de transformação. Nesse sentido, procura-se problematizar e questionar a espacialidade do Araripe como signo do “cabra macho”. Para compreender essas discussões recorre-se as categorias teóricas sobre: território, lugar, espaço gênero e patriarcado. As lutas empreendidas por essas mulheres instauraram essa espacialidade pelo viés do feminino.

Historicamente, a chegada dos portugueses na região do Araripe representou o início da colonização. A Coroa Portuguesa encontrou, na referida localidade, a presença das nações indígenas: "Ubatês, Moatans, Janduins, Icós e Urirês, na Serra do Araripe" (CHAVES, 1988:127). De origem Tupi, a Serra do Araripe era o "Lugar das Araras", daí a razão de ter recebido essa denominação. O diálogo seguinte mostra a localização dessa serra.

A Chapada do Araripe é notícia desde o século XIX e, segundo o Barão de Capanema (1859), é 'uma Serra em decomposição' que delimita geograficamente três estados: Ceará, Pernambuco e Piauí. Seus "braços", à oeste, se estendem chegando à fronteira do Piauí onde se encontram com a Serra da Ibiapaba. À leste, seus vales férteis chegam até quase o limite do estado da Paraíba pelas Serra do Saco e Serra Verde. Ao sul, em toda a sua extensão, limita-se com o Pernambuco. Ao norte, abre seus flancos avançando em direção à depressão sertaneja Cearense (VERDE, 2007: 2).

A região do Araripe está localizada no coração do Nordeste e abrange uma área de 1.063.000 hectares, sendo 47% no estado do Ceará (15 municípios): Missão Velha, Abaiara, Brejo Santo, Porteira, Jardim, Jati, Penaforte, Barbalha, Crato, Nova Olinda, Santana do Cariri, Araripe, Potengi, Campos Sales e Salitre; 36% no estado de Pernambuco (12 municípios): Araripina, Trindade, Ouricuri, Ipubi, Exu, Santa Cruz, Bodocó, Cedro, Moreilândia, Granito, Serrita, Terra Nova; e 17% no estado do Piauí (11 municípios): Belém,

[□] Mestra em História Social – PUC/SP, Professora da rede pública estadual do Piauí e da Faculdade do Médio Parnaíba - FAMEP.

Caldeirão Grande do Piauí, Caridade do Piauí, Curral Novo do Piauí, Francisco Macedo, Fronteiras, Jaicós, Marcolândia, Padre Marcos, Pio IX e Simões.¹

Esse estudo discute a participação de três mulheres do Araripe: Maria Preta, Bárbara de Alencar e Jovita Alves Feitosa. Cada uma delas intervieram ao seu modo rompendo as situações de autoritarismo e de controle político do patriarcado vigente. A discussão sobre *território* constitui-se como uma das bases teóricas para entender as questões políticas dessa localidade. Nessa lógica, a noção de territorialidade é tida também como um "[...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 1995: 77-116).

Nessa perspectiva de análise, cabe enfatizar que "o território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia" (RAFFESTIN, 1993: 58). Com efeito, entende-se a territorialidade como um campo de construção da vida social e onde se entrecruzam, no tempo plural do cotidiano. Nesse aspecto, "o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. E, se apenas parte destas características estão presentes, creio que podemos considerar a ocorrência do seu princípio, ou seja, do princípio da territorialidade" (HEIDRICH, 2005: 39).

Nesse estudo, buscou-se trilhar também pelas reflexões sobre o *lugar*, constituindo-se num outro viés de análise para fundamentação deste trabalho. Assim, pode-se afirmar que:

o lugar é a base de reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar [...] ele permite pensar a articulação do local com espaço urbano que se manifesta como horizonte. É a partir daí, que se descerra a perspectiva da análise do lugar, na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana [...] o lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis. (CARLOS, 1996:19-20).

O lugar pode ser compreendido também:

"[...] – como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa – continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas. Existe um sentimento de pertencimento que é mais

¹ Informações da Área de Proteção Ambiental (APA) que foi criada pelo Decreto nº 148 de 04 de agosto de 1997. Disponível em: <<http://sispub.oktiva.com.br/oktiva.net/1364/nota/18279>>. Acesso em: 20/10/2009.

importante do que queremos admitir, o que faz com que se considere a idéia de 'regressar ao lugar' [...]” (ESCOBAR, 2005:134).

A idéia de espaço torna-se outra forma de análise de atuação política das três mulheres do Araripe. Desse modo, A espacialidade traduz-se num campo de relações que, simultaneamente, envolve seres ou objetos, tornando um *lugar praticado*. O diálogo seguinte permite compreender o espaço como,

[...] um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções colocada como ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pela transformações devidas a proximidades sucessivas (CERTEAU, 1994. p.202)

A região do Araripe – como uma espacialidade nordestina – (foi e) é marcada pelo signo do "cabra macho" e de certa forma, pelo autoritarismo dos governos locais. Essas representações estão presentes na literatura e na música nordestina². Esta discussão constitui em outro viés analítico que serviu de referência para esse estudo. Para se compreender as trajetórias de lutas das mulheres no Araripe recorre-se à representação do ser nordestino que está vinculado à sua territorialidade.

O espaço do Araripe (foi e) é focado também no discurso violento do "cabra-valente". Basicamente a violência no Araripe e, em parte, do Nordeste, está presente no discurso do valentão, a todo e qualquer momento essas expressões saem da boca desses "cabra": "Ihe enfio a peixeira de goela abaixo", "vou torar você na bala" e "quem é frouxo não se mêta"³, para mostrar que é justiceiro e defensor da honra. Percebe-se na recorrência dos discursos relacionado à violência nessa região “[...] um componente da sociabilidade no Nordeste, uma

² Discutir sobre as mulheres do Araripe leva a também observar as produções musicais dessa região. Na poesia musical de Luiz Gonzaga e Zé Dantas "Cabra da Peste" aborda-se esse espaço como um lugar do "cabra da peste" "valentão sem controle". A maioria da produção musical de Luiz Gonzaga tem como destaque as influências sonoras dessa região do sertão nordestino, especialmente na região do Cariri e sua chapada – a Serra do Araripe. Na música percebe nitidamente a construção desse espaço relacionado ao "cabra valente": Eita! sertão do Nordeste/ Terra de caba da peste/ Só sertanejo arriseste/ anos de seca e verão/ Toda dureza do chão/ Faz também duro/ O homem que vive no sertão/ Tem cangaceiro/ Mas tem romeiro/ Gente ruim, gente boa/ Cabra bom, caba à toa/ Valentão sem controle/ Só num dá cabra mole/ Tem cangaceiro/ Mas tem romeiro/ Lá um caboco mais fraco é vaqueiro/ Eita, Sertão/ Eita, Nordeste/ Eita, sertão/ Ê, he, he, he, he hei tá/ Caba da peste (GONZAGA, Luiz; DANTAS, Zé. **Cabra da Peste Baião**. julho de 1955. RCA Victor 80.1450b).

³ "Nesta sociedade, o frouxo não se mete, não há lugar para homens fracos e covardes". ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999:175).

característica da própria forma de ser do nordestino e, mais acentuadamente, um dos elementos que comporiam os atributos da masculinidade nessa região. Ser 'cabra macho' requer ser destemido, forte, valente, corajoso" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999: 175). Assim, o diálogo abaixo explica como foram instituídos os discursos sobre o Nordeste e do sujeito nordestino que se aplica ao "cabra-da-pesto" do Araripe:

Enrijecimento de organismo potente; tipo fisicamente constituído e forte; aspecto dominador de um titã acobreado; verdadeiro pai-d'égua; gritando muito e descompondo como um capitão de navio; homem bravo, homem de gênio forte; cabra se fazendo em arma com facilidade; falando sempre em mulheres; quase nu, de brincadeira com os outros, com gestos dos touros, de pernas abertas e membro em riste, no deboche, na gargalhada; homem encourado, vermelho, com o guarda-peito encarnado, desenhando-se o busto forte e as longas pernas ajustadas ao relevo poderoso das pernas; [...]. O nordestino é uma figura que vem sendo desenhada e redesenhada por uma vasta produção cultural, desde o começo: Figura em que se cruzam uma identidade regional e uma identidade de gênero. O nordestino é macho. Não há lugar nesta figura para qualquer atributo feminino (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003:19-20).

Outra abordagem pertinente que se pôde constatar na região do Araripe foi como se estabeleceram as relações no campo da história relacional, ou seja, entre o masculino e o feminino. Ressalta, que não se entende as relações entre o masculino e feminino pela oposição binária.

Pensar sobre a diferença exige uma definição para construção das relações entre os indivíduos e os grupos sociais. A categoria gênero se apresenta como viés de análise relevante, para compreender os espaços de atuação política das três mulheres do Araripe. Dessa maneira,

Gênero' foi um termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Nos Estados Unidos, o termo é extraído tanto da gramática, com suas implicações sobre convenções ou regras (feitas pelo homem) do uso da lingüística, quanto dos estudos da sociologia dos papéis sociais designados a mulheres e homens.

Embora os usos sociológicos de "gênero" possam incorporar tônicas funcionalistas e essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo (SCOTT. In: BURKE, 1992:86).

Nesse caminho procura-se perscrutar a partir do conceito patriarcado, as relações de conflito empreendidas pelas três mulheres do Araripe. Foram nos anos 1970, que uma nova acepção feminista classificou o que é patriarcalismo. Foi nessa esteira histórica, que se ressignificou e se utilizou dessa noção teórica, não que a mulher seja um sujeito submisso ou

sem ações e práticas sociais, mas como um sujeito com experiência social vivida. Desse modo, retoma-se e compreende-se que:

[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de "dominação masculina" ou de opressão das mulheres. [...] "Patriarcado" vem da combinação das palavras gregas pater (pai) e arkhe (origem e comando). Essa raiz de duplo sentido em arcaico e monarquia. Para o grego antigo, a primazia no tempo e a autoridade são uma só e a mesma coisa. Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai (HIRATA, 2009:173-174).

Ainda articulando a categoria patriarcado Pateman afirma:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato social é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios (PATEMAN,1993: 16-17).

Embora a "história oficial" da região do Araripe oculte a participação feminina, entretanto, desde o início do século XIX, tem-se em conta a existência da Fazenda Maria Preta. Maria Preta (Simões-PI), mulher, negra escravizada que, depois de ser açoitada pelo seu senhor, resolveu fugir provavelmente em direção a um quilombo, mas em determinado lugar sentou-se numa pedra e por um longo tempo permaneceu ali sem se alimentar, entrando num estado de tristeza profunda que resultou em sua morte. A trajetória dessa mulher do Araripe foi marcante, porque o nome de Maria Preta foi dado ao local onde ela morreu – hoje povoado de Simões. Outra versão para a história de Maria Preta se apresenta da seguinte maneira:

*[...] esta escrava teria sido da senzala de **Florentino Bartolomeu** (seu Flor do Caititu), e tendo vindo para o serviço doméstico destas residências, ficou a disposição de sua patroa quando, em determinado dia, sentiu-se aborrecida com tantas ordens e acúmulo de serviços que lhe levava a ser uma escrava hábil e bem mandada de sua patroa. Resolveu fugir sem destino e desiludida da vida, andou poucos metros em direção da fazenda Caititu, e logo se sentou em uma pedra, ficou a pensar no que podia fazer. Quando a patroa sentiu sua ausência, seguiu pela pegadas de seus pés, quando ao longe avistou sentada em uma pedra e gritou:*

– Maria Preta o que faz aí?

Ela responde:

– "êsi é o mió lugar dy ficá puquê ninguém zanga cum eu".

Maria voltou para casa, [...] mas o lugar onde foi encontrada, pegou seu nome, nem o primitivo casarão com suas tradições e riquezas manteve o título do lugar, mas a fuga da velha escrava trouxe o nome que todos escolheram para batizar o lugar, [...] (DANTAS, S/D:58).

O segundo exemplo de participação feminina foi Bárbara de Alencar – avó do escritor cearense José de Alencar. Era pernambucana, natural de Exu-PE, nasceu em 11 de fevereiro de 1760, na fazenda Caiçara, antiga fazenda Várzea Grande localizada nesse município. Com seus vinte e dois anos de idade casa-se com o capitão português José Gonçalves dos Santos, comerciante de tecidos na vila de Crato, região do Cariri, fixando residência nessa localidade. Bárbara teve quatro filhos: João Gonçalves Pereira de Alencar, Carlos José dos Santos, Joaquina Maria de São José, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e José Martiniano de Alencar (ALBUQUERQUE, 2009:90-95).

Bárbara de Alencar (Exu-PE, Crato-CE), mulher do Araripe, tornou-se uma das primeiras lutadoras a se envolver em política no Brasil. Bárbara atuou como militante na Revolução Pernambucana de 1817 no Crato-CE, porque se colocou a favor da Independência do Brasil e liderou o movimento proclamando a República nesse município.

Em 29 de abril de 1817, seu filho José Martiniano de Alencar⁴ (1794-1860), com incumbência do Governo revolucionário de Pernambuco, chegou ao Crato-CE para comandar a libertação do Ceará contra o domínio português. Nessa cidade, o Diácono José Martiniano de Alencar subiu ao púlpito na Matriz do Crato e proclamou a República e a Independência no dia 3 de maio do mesmo ano. Esse ato teve como consequência a prisão de Bárbara de Alencar, a qual foi mandada para o presídio de Icó-CE, transferindo-a para outras prisões em Fortaleza-CE, Recife-PE e Salvador-BA. Por ocasião da Anistia Geral, ganhou liberdade em 17 de novembro de 1821.

No ano de 1824, por ocasião da Confederação do Equador, seus filhos, José Martiniano de Alencar, Carlos de Alencar e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe se envolveram nesse movimento. A agitação levou à morte de dois dos seus filhos, Carlos de Alencar e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Posteriormente na fazenda Alecrim, no Piauí, faleceu Bárbara em 28 de agosto de 1832.

⁴ José Martiniano de Alencar, pai de José de Alencar, tornou-se mais tarde Senador Vitalício do Império pela Província do Ceará de 2 de maio de 1832 a 15 de março de 1860. Ver: MOREIRA, 2005.

Outro destaque de luta feminina foi Jovita Alves Feitosa (Inhamuns-CE e Jaicós-PI), quando se alistou ao Exército em Teresina-Piauí para servir à Pátria brasileira na Guerra do Paraguai (dezembro de 1864 a março de 1870), tendo em vista que precisava do soldo para seu sustento. No Início da guerra com o Paraguai, a imprensa escrita funcionou como:

instrumento para incentivar o sentimento de nacionalidade e entusiasmo patriótico da população, transmitiam a muitos jovens brasileiros o amor pela pátria e a vontade de "servir ao Brasil". O caso mais conhecido de alistamento de Voluntários da Pátria foi bastante registrado pela imprensa da época [...] (DOURADO, 2003:85).

Algumas pessoas se manifestavam pela imprensa ora apoiando atitude de Jovita Feitosa, ora desaprovando. A declaração de um autor que se identificava como "O Admirado" dando apoio a coragem de Jovita, foi bastante explícito numa nota ao Jornal do Comércio do dia 27 de agosto de 1865:

Será possível que o belo sexo de algumas províncias esteja dando o exemplo, oferecendo-se para o serviço de guerra e alguns Srs. Oficiais do efectivo serviço ainda empregados nas fortalezas e comissões outra, que podem ser substituídos pelos reformados!!! (MATTOS, 2001:20).

Em 14 de setembro do mesmo ano, outra pessoa de forma anônima identificada pelas iniciais J.M.C expôs sua crítica ao presidente da Província do Piauí – Franklin Dória – por permitir o alistamento de Jovita. O autor do comentário enfatizava que as mulheres, ao acompanhar os homens, deveriam exercer as mesmas funções desempenhadas em casa:

A ofensa mais grave à dignidade dos homens que se prezam e à daqueles que militarão é sem dúvida a presença da jovem Jovita Alves Feitosa nas fileiras do segundo batalhão de voluntários do Piauí... a mulher poderá servir quando muito para fornecer um ou outro cartucho um ou outro cantil d'água... mas não poderá jamais lançar mão de um sabre e bater-se quando se apresentam as ocasiões (Ibidem. :22)

Apesar de todas essas críticas, Jovita se engajou no Exército, passando por São Luís-MA, Recife-PE, Salvador-BA, foi festejada e tratada nesses lugares como heroína. Entretanto, quando chegou ao Rio de Janeiro, Jovita Feitosa foi impedida de embarcar como voluntária para o Paraguai, pelo simples fato de ser mulher. O diálogo seguinte permitiu entender a trajetória dessa personagem.

Com o 2º Corpo de Voluntário da Pátria, que saiu de Teresina em 10 de agosto de 1865, viajou uma moça cearense, de Inhamuns, Jovita Alves Feitosa, de 17 anos, domiciliada em Jaicós e que se apresentou em Teresina como Voluntário. Até hoje nunca ficou bem claro se, na primeira hora, o Governo Provincial aceitou ou não o seu engajamento como praça. Pelo menos ela se tinha nesta conta e partiu com o batalhão trajando farda e calça branca com um saiote vermelho, ostentando as insígnias de 2º Sargento [...]. No Recife as manifestações foram ainda mais estrondosas. Jovita foi cantada em prosa e verso na imprensa pernambucana. Na Bahia, a mesma coisa. Ela foi hospedada no próprio Palácio da Presidência. [...] No Rio, às autoridades militares superiores não interessavam mitos e sim soldados (CHAVES, 1988:240-241).

O governo e a autoridade da época não aceitaram que Jovita prosseguisse com o desejo patriótico. Num jornal da época encontrou-se a seguinte publicação:

*[...] S. Excia. disse que essa rapariga, animada como se mostrava do desejo de prestar a sua terra um serviço qualquer, nas atuais circunstâncias, poderia ser aproveitada como enfermeira, nos hospitais de sangue, a exemplo de outras, se não pudesse sê-lo nos campos de batalha. Não a fez assentar praça de soldado, nem ela jurou bandeira; a graduação de sargento que lhe deu o Comandante do Corpo, foi um meio de proporcionar-lhe um maior vencimento para melhor ocorrer às suas necessidades (Jornal A Imprensa 28/10/1865. Apud. CHAVES, *Op. cit.*, 1988:242).*

Visconde de Taunay, Alfredo Maria Adriano d'Escragolle Taunay (1843-1899), embora de maneira preconceituosa e irônica, chegou a elogiar a atitude das mulheres soldadas ao se referir à Sargenta Jovita:

Chegaram os retratos do Viegas, o meu antigo inspetor, e da interessante Jovita que me pareceu muito engraçada nos seus trajes de primeira Sargenta.

Entretanto Polidoro, como homem de muito juízo e bom senso fez muito bem não consentindo na partida daquela patriota como soldado. O papel de enfermeira para a mulher que queira dedicar-se é o mais elevado e nobre possível; concilia a dedicação e a conveniência, a abnegação e a dignidade. A piauiense devia considerar tudo isso e em lugar de seus instintos belicosos, lembrar-se de que, para uma mulher, é mais nobre sanar feridas do que as abrir (TAUNAY, 1944:119).

Jovita Alves tornou-se personalidade pública e notória, no entanto, não lhe foi proporcionada a oportunidade de servir ao Exército na condição de enfermeira, já que não tinha maiores conhecimentos com a leitura como também nas áreas de conhecimentos gerais, ou seja, resumidamente ela tinha pouca escolaridade para assumir tal função (CHAVES, *Op. cit.*, 1988: 242). Desse modo, no diálogo abaixo confere-se o regresso da voluntária:

Jovita voltou ao Piauí. Deve ter sido muito melancólica sua volta passando despercebida pelos mesmo portos onde fora, meses antes, tão festejada. Aqui chegando, enquanto conseguia passagem e recurso para viajar a Jaicós, esteve hospedada em casa de família, a pedido da Presidência. Em Jaicós sua família a recebeu muito mal. Desgostosa, ela regressou ao Rio e ali desapareceu num

anonimato infeliz e de pouca duração. A única notícia que dela vamos ter depois será também a última, e muito trágica: "Suicidou-se anteontem, à tarde na casa da praia do Russel, nº 43, Jovita Alves Feitosa" [...] (Ibidem).

O exemplo de Jovita Alves Feitosa mostrou a "bravura" de uma das mulheres do Araripe. O comportamento dela demonstrou que as mulheres do sertão nordestino, em particular as do Araripe, romperam de certa forma com o silêncio e a invisibilidade.

As análises desse artigo partiu inicialmente de discutir o território, lugar, espaço como categorias conceituais importantes para esse estudo. Procurou explicar as origens dos signos do "cabra macho" que se aplica ao sujeito do Araripe a partir da noção teórica o patriarcalismo, que se tronou-se outro conceito-chave fundamental para compreender o perfil do masculino nessa região. Por último, mostrou-se a trajetória de luta de três mulheres do Araripe: Maria Preta, Bárbara de Alencar e Jovita Alves Feitosa.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "Quem é frouxo não se mete": violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. In: **Projeto História: revista do Prog. de Estudos Pós-Graduados em História e do Dep. de História da PUC-SP.** n. 19, São Paulo: EDUC, 1999.

_____. **Nordestino, uma invenção do falo:** Uma história do gênero masculino (Nordeste -1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALBUQUERQUE, Michele Rodrigues de. Bárbara de Alencar: do mito à narrativa histórica. In: **Historien - Revista de História** [1]; Petrolina, out./dez. 2009. p.90-95.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano.** v. 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVES, Monsenhor. **Obras completas.** S/ed. Teresina-PI: Fundação Monsenhor Chaves, 1988.

DANTAS, José Avelar. **Fragments Históricos Simões.** Picos-PI: Gráfica e editora Brito LTDA, S/D.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis:** a presença feminina na Guerra do Paraguai. Dissertação (Mestrado em História) - UFMS. Campo Grande-MS, 2003.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: CASTRO GÓMEZ, Santiago. Et al. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas Latino-americanas**. 1ª Ed. Buenos Aires: Cons. Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento**. 3ª ed. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005, v. único, p.37-66.

HIRATA, Helena. Et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

MATTOS, Kelma. **Jovita Feitosa**. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2001.

MOREIRA, José Roberto de Alencar. **Vida e Bravura: origens e genealogia da família Alencar**. Brasília: CERFA, 2005.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p.16-17.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da História: Novas perspectivas**. 7ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. Et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TAUNAY, Alfredo D'Escragno. **Cartas da Campanha de Matto Grosso: 1865 a 1866**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Militar, 1944.

VERDE, Rosiane Lima. Os registros rupestres da Chapada do Araripe, Ceará, Brasil. In: **I Congresso Internacional da SAB, XIV Congresso da SAB e III Encontro do IPHAN arqueólogos**. Florianópolis, 30/09 a 04/10 de 2007. p.1-10.

Jornal

Jornal A Imprensa 28/10/1865.

Música

GONZAGA, Luiz; DANTAS, Zé. **Cabra da Peste Baião**. julho de 1955. RCA Victor 80.1450b.

Site

Área de Proteção Ambiental (APA). Disponível em: <<http://sispub.oktiva.com.br/oktiva.net/1>

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

364/nota/18279>. Acesso em: 20/10/2009.